



# Anais da Assembléia

N.º 70

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 09 DE AGOSTO DE 1984

ANO X

**2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 064.ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 1984**  
**(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Vasconcellos e Anibal Khury.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Guibert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
**SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º - SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofícios:**

Sob os n.ºs DTL/70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80 e 81/84, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os projetos de lei sob os seguintes números:

**143/83:** Do Senhor Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública o "GRUPO ESPÍRITA ALLAN KARDEC", com sede e foro na cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7.869. - **Anote-se. Arquite-se.**

**15/84:** Do Senhor Deputado ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública a "COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA BOM PASTOR", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em lei tomou o n.º 7.870. - **Anote-se. Arquite-se.**

**17/84:** Do Senhor Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DO PARANÁ", com sede nesta capital, o qual convertido em lei tomou o n.º 7.871. - **Anote-se. Arquite-se.**

**241/83:** Do Senhor Deputado SABINO CAMPOS, que declara de utilidade pública a "GUARDA MIRIM DE ASSIS CHATEAUBRIAND", com sede e foro na cidade do mesmo nome, o qual convertido em lei tomou o n.º 7.872. - **Anote-se. Arquite-se.**

**52/84:** Do Senhor Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO ARISTIDES DE ATHAYDE", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o n.º 7.874. - **Anote-se. Arquite-se.**

**32/84:** Do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 85/84), encaminhando anteprojeto de Lei objetivando autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Xambrê as datas números 18 e 19 da Quadra 24, havidas pelo Estado por doação do referido município, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o n.º 7.873. - **Anote-se. Arquite-se.**


**156/83:** Do Senhor Deputado MÁRCIO ALMEIDA, que dispõe sobre a ação social do Estado no que respeita a educação, habilitação ou reabilitação e integração as pessoas com deficiência e dá outras providências, o qual convertido em lei tomou o n.º 7.875. - **Anote-se. Arquite-se.**

**14/84:** Da Senhora Deputada AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAMPO MOURÃO", com sede e foro na cidade de Campo Mourão, o qual convertido em lei tomou o n.º 7.876. - **Anote-se. Arquite-se.**

**141/84:** Do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 123/84) objetivando majorar em 70%, os vencimentos do funcionalismo público civil e militar do Estado à partir de 1.º de julho de 1984, o qual convertido em lei tomou o n. 7.877. - **Anote-se. Arquite-se.**

**87/84:** Do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 01/84), que altera dispositivos da Lei n. 7297 de 08/01/80, (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado) conforme específica, o qual convertido em lei tomou o n. 7.878. - **Anote-se. Arquite-se.**

**31/84:** Do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 84/84), encaminhando anteprojeto de lei objetivando fazer constar na estrutura da Procuradoria Geral da Justiça as unidades de nível de atuação instrumental que trata o inciso IV; Art. 12 da Lei n. 6.636, de 29/11/74, na forma que especifica e dá outras providências, o qual convertido em lei tomou o n. 7.879. - **Anote-se. Arquite-se.**

**Emenda:** 

#### PROPOSTA DE

#### EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 144/84

Artigo Único - Inclua-se no Título III da Constituição do Estado do Paraná, da "ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL", os seguintes artigos numerados de 135 a 140, renumerando-se os artigos subsequentes:

#### TÍTULO III

#### DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

Art. 124 - .....

Art. 135 - A implantação de usinas para a produção de energia nuclear no Estado do Paraná, bem como das instalações para processamento ou armazenamento de material radioativo, que lhes forem complementares, dependerá de autorização da Assembléia Legislativa, assim como de "REFERENDUM" da população deste Estado.

Art. 136 - A autorização legislativa será concedida como primeiro procedimento do processo especial de autorização para esta implantação de instalações industriais.

Art. 137 - Em caso de rejeição legislativa desta autorização, dispensar-se-á o "referendum" popular de que trata o Art. 135.

Art. 138 - Caso a autorização seja aprovada pela Assembléia Legislativa, o seu Presidente deverá proceder à consulta referendária prevista no Art. 135.

Art. 139 - A rejeição da autorização pela maioria simples dos eleitores que se manifestarem através do "referendum" popular, provocará a nulidade da autorização legislativa.

Art. 140 - Só será completo o processo de autorização após a promulgação, pelo Presidente da Assembléia Legislativa de

sua rejeição liminar pelo Poder Legislativo ou dos resultados do "referendum" popular."

Sala das Sessões, em 09/08/84.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### Apoioamento:

Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Sabino Campos, Artagão Mattos Leão, Paulo Furiatti, Anibal Khury, Fiori Luiz, Sérgio Spada, Nelson Vasconcellos, Mário Pereira, Adhail Sprenger Passos, Eduardo Baggio, Tadeu França, Odeni Mongruel, Nilso Squarezzi, Roberto Requião, José Antônio Fonseca, Tadeu Lúcio Machado, Rubens Bueno e uma assinatura ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

A indústria núcleo-energética possui uma delicada relação custo-benefício, por incluir não apenas fatores econômicos e políticos, mas principalmente questões de segurança saúde pública e meio ambiente. Por maiores que sejam as medidas de segurança, o risco finito e não pequeno de acidentes, a poluição nuclear, a poluição térmica, os problemas das condições de segurança para os trabalhadores de instalações nucleares, as grandes desapropriações de terrenos para as construções e as alterações no meio ambiente tornam bastante complexa a decisão de licenciamento de uma usina nuclear. Desta forma este processo de licenciamento não pode ficar restrito apenas às esferas tecno-burocráticas do governo central.

O Programa Nuclear Brasileiro, que nasceu e se desenvolveu autoritariamente, sem o aval e participação da comunidade científica nacional e sem compromisso com a realidade econômica e social deste país, naufraga dentro do contexto geral de excessivo endividamento externo, além dos já amplamente divulgados erros de planejamento, estratégia e falhas do próprio programa.

No entanto, mesmo com poucos reatores em construção e um em claudicante operação, temos um sério problema decorrente do fato de no Brasil ser o mesmo órgão, a CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear -, que licencia os reatores, bem como fiscaliza a construção e operação dos mesmos. Em países onde a legislação na área nuclear é adequadamente rigorosa, o licenciamento é um processo no qual a comunidade tem participação efetiva e decisória, enquanto que a fiscalização das usinas é realizada por um organismo específico, que não tem compromissos com a construtora, nem com a operadora dos reatores nucleares.

Para começar a resolver este problema, a etapa inicial de implantação de reatores ou de instalações ligadas ao ciclo nuclear precisa deixar de ser uma

decisão autoritária, emanada apenas tecnocraticamente, sem a participação do povo. Nosso projeto vai exatamente neste sentido, ao colocar a autorização da Assembleia Legislativa e o "referendum" popular como procedimentos iniciais no processo decisório de implantação de instalações nucleares em nosso Estado.

As Assembleias Legislativas dos Estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro aprovaram recentemente textos legais contendo as mesmas disposições que propomos nesta oportunidade. A sociedade paranaense vive hoje um tempo de maior participação. Nossa luta contra o arbítrio e a tecnocracia, nosso compromisso com a vida, com a paz e com a democracia devem se efetivar em todos os campos, em todos os momentos. E este projeto de Emenda Constitucional é apenas mais um instrumento para permitir que nossas vidas e nossos destinos sejam traçados por nós mesmos.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Resolução n. 119/84, que trata da elevação dos cargos em Comissão, DAS.

Sala das Sessões, em 09/08/84.

(a) ANTÔNIO BELINATI

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das atribuições regimentais, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Senhor ISRAEL TICHER MARTINS, no último dia 31 de julho de 1984.

Sala das Sessões, em 09/08/84.

(a) LEONIDAS CHAVES

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora RITA ELISABETH MOLL LAPORTE, ocorrido na data de ontem.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 09/08/84.

(a) DONATO GULIN

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor JOSÉ DUELA, Vereador da Bancada do PMDB do

Município de Boa Esperança, ocorrido recentemente em São Paulo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja levada ao conhecimento dos familiares, aos cuidados da Câmara Municipal de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 09/08/84.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que se faça constar na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações pela comemoração no dia de amanhã, do 29. aniversário de emancipação político-administrativa, com conseqüente encaminhamento da decisão ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Vicente Mashahiro Okamoto, ao Excelentíssimo Senhor Toshiyuke Koike, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e aos Excelentíssimos Senhores Presidentes das Agremiações Partidárias existentes.

Na metade do século XV diversas origens étnicas chegaram a região de Goio-erê, especialmente os espanhóis e os portugueses, atraídos pela estrutura do solo, cuja fertilidade permitiu o aparecimento das primeiras áreas agrícolas.

O trabalho constante e próspero dos primeiros pioneiros é que fizeram com que Goio-erê adquirisse a condição de Município desmembrando-se de Campo Mourão no ano de 1955, dia 10 de agosto (data da criação através da Lei n. 48) e efetivamente instalado no ano seguinte, 14 de dezembro.

Situada no Centro Oeste do Estado do Paraná, sempre teve sua sustentação sócio-econômica relacionada as atividades rurais assim como através do comércio diversificado. Goio-erê tornou-se nestes últimos anos de processos desenvolvimentistas, um dos maiores produtores agrícolas do Estado, cujos índices de produção têm sido um dos melhores do País, onde destacam os seguintes cultivos: o milho, o arroz, a soja, o algodão, o trigo, o café, a mandioca, a mamona, o feijão e o amendoim. Nas atividades pastoris, a pecuária possui também um excelente rebanho, assim distribuídos: mais de 50 mil cabeças de bovinos, quase 12 mil suínos, mais de 2 mil eqüinos, mil muares e aproximadamente 300 mil aves em geral.

A população atinge cerca de 49 mil habitantes (conforme dados do último Censo realizado) sendo que 22 mil residem no perímetro urbano, e o restante na zona rural, 26 mil habitantes.

Portanto, ao chegar nos seus 29 anos de fundação, Goio-erê só tornou-se forte economicamente devido a ação dos seus pri-

meiros moradores que lá se instalaram acreditando nas potencialidades então existentes, merecendo tais desbravadores o reconhecimento da população de hoje, pelo seu papel histórico.

Sala das Sessões, em 09/08/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor CLAUS MAGNO GERMER, DD. Secretário de Estado da Agricultura, solicitando providências junto à EMATER - Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, no sentido de que, com a máxima brevidade possível, seja instalado um Escritório Regional daquela empresa no Município de Realeza.

Sala das Sessões, em 09/08/84.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa atender reivindicação formulada pelo Prefeito Municipal de Realeza, a partir de reunião realizada com a Comissão Permanente para Assuntos Comunitários, Industriais, Comerciantes e Agricultores da região, cuja conclusão foi pela urgente necessidade de se aumentar o quadro de pessoal vinculado à extensão rural, objetivando a conservação e recuperação dos recursos naturais, a fim e solucionar os alarmantes problemas causados pela depredação do meio ambiente, tudo de acordo com o documento em anexo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura, solicitando as seguintes informações sobre a sua vinculada ACARPA:

1 - atribuições dos técnicos agrícolas contratados pela ACARPA, vencimento mensal, regime de contratação e critérios em que se dá esta contratação;

2 - número de técnicos agrícolas, respectivos locais de lotação e sua distribuição pelas micorregiões do Estado;

3 - número de engenheiros agrônomos e médicos veterinários atualmente contratados;

4 - posição numérica em março de 1983, ou seja, número de técnicos, agrônomos e médicos naquele mês e ano;

5 - razões que determinaram a retirada de técnicos agrícolas, em algumas unidades do Sudoeste do Estado; justificativa para

cada mudança;

6 - número médio de visitas e atendimentos mensais realizados por um técnico agrícola;

7 - planos da Secretaria da Agricultura com referência aos funcionários classificados como técnicos agrícolas; veracidade dos rumores sobre a gradativa substituição do pessoal técnico por engenheiros agrônomos.

Sala das Sessões, em 09/08/84.

(a) NILSO SGUAREZI

Líder do Governo

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social encarecendo a realização de pintura total das instalações onde funcionam o Posto de Saúde localizado na municipalidade de Nova Cantu.

O presente requerimento baseia-se em correspondência enviada pelo Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) da cidade de Nova Cantu, assinada pelo seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor Rosendo Lopes Pena Neto, que coloca a preocupação quanto a real necessidade de se realizar a pintura total das instalações do Posto de Saúde, haja vista que as condições atualmente verificadas apresentam um aspecto visual e higiênico muito ruim.

Espera-se, portanto, que essa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social dê o necessário encaminhamento a reivindicação ora exposta.

Sala das Sessões, em 09/08/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido de que seja destinada uma viatura devidamente equipada para o Conjunto Habitacional Doutor Milton Luiz Pereira (COHAPAR), localizado na municipalidade de Campo Mourão.

Os moradores do Conjunto Habitacional construído pela COHAPAR é que estão fazendo esta reivindicação, por entenderem que atualmente estão a mercê de um atendimento policial mais condizente em termos de prevenção e repressão. Pois até mesmo já tem existido casos em que os moradores do re-

ferido conjunto de casas foram vítimas de crimes contra os seus respectivos patrimônios e até mesmo contra suas próprias vidas.

Em face da insegurança vivenciada pelos moradores, faz-se necessário que medidas sejam colocadas urgentemente em prática, através da presença mais constantes dos policiais assim como a destinação de uma viatura devidamente equipada, para que haja agilização nas ações previstas.

Sala das Sessões, em 09/08/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A recente greve de professores e funcionários de autarquias e fundações de ensino superior evidenciou, de forma clara e indiscutível, a grave crise porque passa a universidade brasileira. Não foi gratuito o inequívoco apoio emprestado por reitores, estudantes, bem como, toda a sociedade, àquela mobilização.

Ainda há pouco, assistimos a garra e a firmeza com que os estudantes da Universidade Católica do Paraná lutaram pelo direito de poderem prosseguir estudando.

A situação falimentar da universidade brasileira foi motivo de intenso debate na última reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Tendo em conta tais fatos e levando em consideração que o Estado do Paraná é mantenedor de três universidades e de diversas unidades isoladas de ensino superior, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando as seguintes informações:

1 - Quanto o Estado vem aplicando em recursos para o ensino superior, desde 15 de março de 1983?

2 - Qual a quantidade de recursos destinada a cada universidade e a cada unidade isolada de ensino superior mantida pelo Estado, no mesmo período?

Sala das Sessões, em 09/08/84.

(a) ROBERTO REQUIÃO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja transcrito nos Anais da Casa, o Boletim Especial n.º 003/84, sobre os 139.º Anos de Aniversário da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09/08/84.

(a) NILSO SGUAREZI

Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI N.º 181/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominada "Moacir Júlio Silvestre" a rodovia que liga Pitanga a Palmital, passando pelos Distritos de Barra Grande e Barra Preta.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09/08/84.

(a) LEÔNIDAS CHAVES

#### JUSTIFICATIVA:

Moacir Júlio Silvestre foi Prefeito de Guarapuava por duas vezes, Deputado Federal, Deputado Estadual mais votado naquela região e empresário, que notabilizou o oeste do Estado por seus relevantes serviços prestados a toda comunidade. Homem capaz, que demonstrou em vida o verdadeiro perfil de homem público.

#### PROJETO DE LEI N.º 182/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominada "Israel Martins" a rodovia estadual PR-364, no trecho interligando os municípios de Guarapuava - passando por Goioxim-Marquinho, Palmital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09/08/84.

(a) LEÔNIDAS CHAVES

#### JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei pretendemos prestar uma justa homenagem a Israel Martins, um dos grandes batalhadores do desenvolvimento daquela região de nosso Estado.

#### PROJETO DE LEI N.º 183/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica declarada de utilidade pública o CLUBE SOCIAL UNIÃO, com sede na Vila Alto Santa Fé, Município de Palotina e por foro a Comarca da cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada como de utilidade pública, atende aos pressupostos legais que regem a espécie. A documentação que anexamos ao presente projeto de lei comprova à sociedade as atividades assistenciais gratuitas e a prestação de relevantes serviços à comunidade, prestadas pela entidade de forma desinteressada, sem qualquer remuneração percebida pelos seus associados e corpo diretivo.

PROJETO DE LEI N.º 184/84  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública, a SOCIEDADE ESPORTIVA INTERNACIONAL, com sede no Município de Nova Santa Rosa e foro na Comarca de Toledo, Estado do Paraná.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada como de utilidade pública, atende aos pressupostos legais que regem a espécie. A documentação que anexamos ao presente projeto de lei comprova à sociedade as atividades assistenciais gratuitas e a prestação de relevantes serviços à comunidade, prestadas pela entidade, de forma desinteressada, sem qualquer remuneração percebida pelos seus associados e corpo diretivo.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O clima político desta semana em Brasília está despertando a atenção, a curiosidade e os mais variados comentários na grande totalidade da opinião pública brasileira. PMDB e PDS, dois partidos que detêm a maioria no Parlamento brasileiro, reúnem-se nesta semana e escolhem os seus respectivos candidatos à sucessão do Presidente João Figueiredo.

Nessa antevéspera de convenção, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu quero prestar aqui, deixar registrada a minha tristeza pelo insucesso da grande campanha que se desenvolveu em todo o País para que tivéssemos eleições diretas para presiden-

te da República, e estranhar que alguns políticos que foram tão badalados por grandes multidões no Brasil, quando em praça pública falaram a favor das eleições diretas; quando em praça pública execraram o Colégio Eleitoral, contestando até a idoneidade de alguns membros do Colégio Eleitoral.

O País vê estarecido, nesta hora decisiva para consolidação de um processo democrático, muitos desses políticos que foram aclamados, que foram aplaudidos em praça pública, estão hoje em Brasília lutando desesperadamente em busca de uma vitória no Colégio Eleitoral que eles tanto combateram e de quem tanto falaram mal em praça pública.

Pessoalmente não tenho preferência por nenhum candidato a Presidente da República. E quero até acreditar que o povo brasileiro, fora a classe política, o povo de um modo geral também está bastante indiferente e o povo está também enojado; está causando náusea ao nosso povo, aos brasileiros de bem, o festival de orgia que tomou conta de Brasília. Os bilhões de cruzeiros que PMDB e PDS vão dispendar nesta grande festa que se faz em nome do povo, mas cujo objetivo principal é o bem estar de cada líder político, tanto do PMDB quanto do PDS.

Nós estamos vendo muitos políticos usando o povo como pretexto, mas que estão somente procurando o seu interesse pessoal. Um querendo ser Ministro, outro querendo ser Presidente da Petrobrás, outro querendo ser Presidente do BNH e o povo, pobre povo está aí sendo usado.

E quando a gente vê a imprensa mostrando as grandes orgias de Brasília, nós lamentamos profundamente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nesta hora, quando deveríamos quem sabe estar escolhendo os candidatos para um pleito direto, os nossos líderes maiores da política brasileira estarão reunidos - os que eram a favor de eleições indiretas, os que tanto combateram as eleições indiretas, todos estarão sentados a uma mesma mesa, e em nome do povo, o pobre povo, estarão ali cuidando dos seus interesses particulares.

Eu quero aqui deixar o meu repúdio, a minha estranheza e a minha esperança, Senhor Presidente, de que um dia o Brasil possa ter, não uma festa de corrupção, não uma festa de orgia em Brasília, mas uma festa pura, sadia, onde os partidos possam se reunir num futuro que não esteja tão distante para escolher candidatos que venham a disputar nas urnas o voto do nosso povo.

Porque eu sempre fui contra o Colégio Eleitoral e continuo combatendo esse mesmo

Colégio pela sua falta de legitimidade.

Era só, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Nestor Baptista**)- Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesta semana nós comemoramos o centésimo trigésimo aniversário de criação da nossa Polícia Militar do Estado do Paraná.

Já tive oportunidade, Senhor Presidente, em muitas ocasiões, desta tribuna, tecer críticas, fazer elogios condenar atos arbitrários da Polícia, mas, hoje, assumo a tribuna para fazer um pronunciamento à instituição como um todo. Evidente que, como instituição, a nossa Polícia Militar tem relevantes serviços prestados ao patrimônio público e à causa do bem comum paranaense.

Nós temos, hoje, a certeza de que as polícias militares, por serem consideradas arbitrariamente como forças auxiliares do Exército, não conseguirão aquela estrutura, não só de pessoal, mas de equipamento necessário a ser realmente, se imporem nas contingências atuais de uma crise sem precedentes, cujos aspectos da insegurança pública são os mais destacados de uma crise como o Brasil atravessa..

Todavia, acredito que a nossa Polícia Militar do Estado do Paraná ganhou muito com a conquista de um governo democrático porque, a começar pelo seu comando depois de praticamente vinte anos em que não mais os coroneis da Polícia Militar conseguiram ter comando geral, este governo democrático do PMBD restaurou a Polícia Militar o seu comando, uma aspiração de tantos anos e, através do seu comando, pôde a Polícia Militar do Estado do Paraná conseguir conquistas que foram relegadas por muitos e muitos anos, nós tivemos, apenas para enumerar - e quero requerer a mesa, pela exiguidade desse tempo do Pequeno Expediente, dê por transcrito todo o inteiro teor deste pronunciamento. Mas, neste ano e meio, tramitou por esta Casa, por iniciativa do Executivo, Leis, Mensagens que se transformaram e leis e que deram benefícios a oficiais e praças com a melhoria de seus proventos; modificamos e aperfeiçoamos a legislação da Polícia Militar na promoção de oficiais; foi concedido um substancial aumento de vencimentos; criamos a medalha de mérito do policial militar; a regularização de muitas áreas onde estavam localizados os batalhões da Polícia Militar pelo Estado; introduzimos na legislação básica o quadro de oficiais policiais militares femininos e a qualificação militar do po-

licial feminino; aperfeiçoando a legislação da Polícia Militar relativo à promoção dos próprios praças e foram criadas condições para manter no Comando Geral, na Chefia do Estado Maior e na Casa Militar oficiais superiores que, compulsoriamente, aos trinta e cinco anos, eram atingidos pela Lei da Compulsoriedade, ou seja, sejam obrigados a se aposentar, irem para a reserva quando esses oficiais estavam na fase mais auge e na plenitude de suas carreiras.

Uma antiga aspiração dos oficiais dos quadros especialistas com o requisito para o reingresso na Polícia Militar, ou seja, para o ingresso na Polícia Militar de curso superior - isto também ficou transformado na Lei 7862 de 84. E a Lei 7877 também deu acesso aos oficiais especialistas de policiamento rodoviário de capitão a major e tenente-coronel.

Por isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, posso dizer com certeza que o atual Governo contribuiu e muito, para que se criassem condições de nossa Polícia Militar do Paraná ser uma corporação que traduz os anseios e as necessidades da população paranaense. (Lê):

"Ao comemorarmos o 130.º aniversário da Polícia Militar do Estado do Paraná, além de pedirmos a transcrição, nos Anais da Casa, do Boletim Especial do Comando Geral da PMPr, queremos, como aliás já tivemos oportunidade, em anos anteriores, nesta mesma tribuna, destacar o trabalho e a importância que assume a nossa organização policial no momento histórico que vivemos.

Vivemos a maior crise de nossa história.

A insegurança pública, principal efeito desta crise sem precedente, tem exigido da nossa PM, uma atuação firme, porém, sem ser instrumento repressivo na mobilização popular que, angustiada e marginalizada, busca a conquista de seus direitos. A crise brasileira não foi causada apenas pela ordem financeira internacional. Teve, no plano político interno, a causa decisiva no regime autoritário que gerou a marginalização das camadas populares e a concentração do poder nas mãos das elites burguesas.

Neste contexto, a Polícia Militar foi considerada, não mais fator de repressão ao crime comum, mas sim, força auxiliar do Exército, para reprimir os movimentos populares que, sem qualquer conotação criminosa, pretendem apenas utilizar mecanismos que qualquer regime democrático coloca à disposição de seus cidadãos, para a defesa de seus direitos.

Como tive oportunidade de opinar em



maio de 1980, repito:

Ser militar das Forças Armadas é uma coisa bem distinta do que ser integrante de corporações policiais. No exército, o homem recebe tratamento para o inimigo externo, para a guerra. Na polícia, o inimigo é o crime e o condicionamento do policial, há que ser feito a partir da realidade social e da vivência com esta sociedade, no seu dia a dia. Daí porque as melhores e mais eficientes organizações policiais dos países desenvolvidos, não confundem uma coisa com outra.

Ora, a nossa polícia possui uma academia para formação de seus quadros e, ironicamente, os contingentes que ela se agregam são, "a priori", impedidos de chegarem ao seu comando, mesmo depois de acumularem, no curso dos anos, toda a experiência e vivência necessárias para um comandante identificar-se com as aspirações e necessidades da tropa. Enquanto que, no exército, o militar se prepara para a guerra - que é uma coisa incerta e às vezes, como felizmente tem acontecido no Brasil, nunca vem - na atividade policial a finalidade e objetivo de sua instituição se realiza no dia a dia. Enquanto no Exército o crime é uma DEFORMAÇÃO SOCIAL, nas Polícias Militares é uma REALIDADE SOCIAL.

Estas colocações são importantíssimas, porque não pode ser comandante policial o elemento que desconheça os agentes e as causas da criminalidade, e, mais importante, ainda, tenha vivência destes fatores.

Com o Governo democrático que se implantou no Paraná, a Polícia Militar, finalmente, recuperou o seu Comando.

Neste período, as conquistas da Polícia Militar podem ser consubstanciadas numa série de leis, que, por iniciativa do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, esta Casa aprovou e que melhoram, não só os proventos dos Policiais Militares de um modo geral, mas também, a carreira de todos esses milicianos, cuja coragem, valentia, participação, responsabilidade e, acima de tudo, amor pelos sublimes ideais milicianos, jamais pode ser esquecida.

Lei n.º 7714 - Beneficiando oficiais e praças (até 3.º Sargento) com melhoria de seus proventos.

Lei n.º 7732 - Modificando e aperfeiçoando a legislação da PMPr no que tange à promoção de oficiais.

Lei n.º 7770 - Concedendo o Décimo terceiro salário aos Policiais Militares.

Lei n.º 7776 - Criando a Medalha Policial Militar.

Lei n.º 7785 - Regularizando área de terra em Guarapuava, para a construção de quartel.

Lei n.º 7815 - introduzindo na legis-

lação básica o Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininos e a Qualificação Policial Militar Feminina.

Lei n.º 7821 - Aperfeiçoamento a legislação da PMPr relativa à promoção de praças.

Lei n.º 7821 - Promovendo a majoração de vencimentos a partir de janeiro de 1984, diga-se de passagem a maior conquista do atual Comando.

Lei n.º 7826 - Dando condições a que o Governo do Estado possa manter no Comando Geral, Chefia do EM e Casa Militar, oficiais superiores atingidos pela inativação compulsória por tempo de serviço.

Lei n.º 7862 - Atendendo antiga aspiração dos oficiais dos quadros de especialistas, cujo requisito para ingresso na PMPr seja o de possuir Curso Superior, para que o tempo de faculdade seja computado como de efetivo serviço.

Lei n.º - 7877 - Dando acesso aos Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário de Capitão a Major e Tenente-Coronel, respectivamente.

Além disso, encontram-se em andamento os seguintes anteprojetos:

- . Aumento de efetivo: em conclusão.
- . Novo código de vencimentos e vantagens: em elaboração.

. Estatuto dos Policiais Militares: em revisão.

. Criação de vaga de Coronel QOBM: em tramitação.

O SR.PRESIDENTE (Nestor Baptista)- Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR.MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Às 23:02, horário de Brasília, data de hoje, o Mundo e, em especial os movimentos pacifistas e o povo japonês, relembram a tragédia de Nagasaki. Três dias após a detonação da bomba de Hiroshima, em que o Governo Americano experimentou a eficiência do urânio como armamento nuclear, em Nagasaki se experimentou o plutônio.

Há trinta e nove anos a humanidade comemora, ano a ano, em silêncio, o que é hoje classificado como a maior tragédia da História Humana. As bombas "little boy" e "fat man", responsáveis pela morte de duzentas mil pessoas nestas duas cidades japonesas, têm na História da Humanidade este registro que hoje, na Assembléia Legislativa do Paraná fazemos questão de rememorar.

Rememoramos, Senhor Presidente, Senho-



ras e Senhores Deputados, através não só deste nosso protesto que tenho certeza é de todos aqueles que lutam pela paz e de todos os Parlamentares desta Casa. É um protesto que serve inclusive como justificativa da proposição que hoje damos entrada na Mesa desta Assembléia de um projeto de Emenda à Constituição do Estado do Paraná, estabelecendo critérios para autorização na construção de usinas nucleares ou atômicas no território paranaense, bem como de instalações para processamento ou armazenamento de material radioativo.

Como todos sabem, a indústria núcleo-energética possui uma delicada relação custo-benefício, por incluir não apenas fatores econômicos e políticos mas, principalmente, questões de segurança, saúde pública e meio ambiente.

Por maiores que sejam as medidas de segurança, o risco finito e não pequeno de acidentes, a poluição nuclear, a poluição térmica, os problemas das condições de segurança para os trabalhadores de instalações nucleares, as grandes desapropriações de terrenos para as construções e as alterações de meio ambiente, tornam bastante complexa a decisão de licenciamento de uma usina nuclear. Desta forma, este processo de licenciamento não pode, como hoje ainda está no nosso País, ficar restrito apenas às esferas tecno-burocratas do Governo Central.

O Programa Nuclear Brasileiro que nasceu e se desenvolveu autoritariamente, sem o aval e participação da comunidade científica nacional e sem compromisso com a realidade econômica e social deste País, naufraga dentro do contexto geral de excessivo endividamento externo, além dos já amplamente divulgados erros de planejamento, estratégia e falhas do próprio programa.

No entanto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, mesmo com poucos reatores em construção e um em claudicante operação, temos um sério problema decorrente do fato, de no Brasil ser o mesmo órgão, a Comissão Nacional de Energia Nuclear que licencia reatores, fiscaliza a construção e fiscaliza a operação dos mesmos.

Em países onde a legislação na área nuclear é adequadamente rigorosa, o licenciamento é um processo no qual a comunidade tem participação efetiva e decisória, enquanto que a fiscalização das usinas é realizada por um organismo específico que não tem compromissos com a construtora, nem com a operadora dos reatores nucleares.

Para começar a resolver este problema a etapa inicial de implantação de reatores ou de instalações ligadas ao ciclo nuclear precisa deixar de ser uma decisão autoritária, emanada apenas tecnocraticamente sem a participação do povo.

O nosso projeto vai exatamente neste sentido, ao colocar a autorização da Assembléia Legislativa e o referendun popular como procedimentos iniciais no processo decisório de implantação de instalações nucleares em nosso estado.

As Assembléias Legislativas dos Estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, aprovam recentemente textos legais contendo as mesmas exposições que propomos nesta oportunidade.

A sociedade paranaense vive hoje um tempo de maior participação, nossa luta contra o arbítrio e a tenocracia, nosso compromisso com a vida, com a paz e com a democracia tende-se a efetivar em todos os campos, em todos os momentos.

Este projeto de emenda constitucional que hoje damos entrada, é apenas mais um instrumento para permitir que nossas vidas, nossos destinos, sejam traçados por nós mesmos.

Esta é a justificativa, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, deste instrumento legal que tenho certeza contará nas suas fases de análise, avaliação e discussão nas comissões técnicas e no plenário desta Casa, a atenção que merece por parte de todos os integrantes desta Assembléia.

A História da Humanidade que nesta semana é registrada com esses fatos que inicialmente mencionamos, da detonação das bombas de Hiroshima e Nagasaki, tem na energia nuclear as duas vertentes da sua utilização, a vertente pacífica e a vertente da guerra e não é desconhecido por nenhum dos integrantes desta Casa, nem pela população brasileira, a participação infelizmente do governo brasileiro, do Estado brasileiro, sob orientação do atual governo Federal, na corrida armamentista que hoje se acelera no mundo.

O Brasil tem hoje na pauta das exportações, uma contribuição significativa das exportações de armamentos. Não é também desconhecido que o programa nuclear brasileiro firmado autoritariamente com o governo da Alemanha, autoritariamente na medida em que não passou por um processo de discussão sequer pela comunidade científica nacional, tem subjacente aos seus objetivos explícitos de produção de energia para uso industrial, comercial, doméstico, tem subjacente a importação da tecnologia de produção de artefatos bélicos nucleares.

Eu creio, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, que este nosso registro, nesta data em que Nagasaki, a população japonesa e os movimentos pela paz de todo mundo protestam e alertam os governos de todo o mundo, protestam e alertam os governos e os povos, sobre a importância da luta pela paz, de que através da política da paz, através de medidas que coloquem, como é a nossa intenção, sob a discussão da população ou de seus representantes, as decisões a respeito dos vários aspectos do uso da energia nuclear, que nós estaremos contribuindo para que se eliminem das perspectivas dos povos, e se elimine a visão belicista do relacionamento que volta e meia nós vemos registrados pelas páginas da imprensa, de governos autoritários que nada têm a ver com os seus respectivos povos. Essa era a nossa mensagem, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Eu creio que os momentos de silêncio que esse movimento pacifista, em que a população japonesa hoje, a exemplo de segunda-feira, dia 6, data da explosão há 39 anos passados, da bomba de Hiroshima, tem também, pelo menos simbolicamente, aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, a sua oportunidade e o seu espaço.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. ANTONIO BELINATI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, é visível que não há quorum para prosseguimento da Sessão. Solicito de Vossa Excelência, verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu requero a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

13 Senhores Deputados responderam a chamada. Não há quorum para prosseguimento da Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Extraordinária para logo após.

Levanta-se a sessão.

#### ATAS DAS COMISSÕES

10.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 10.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA  
Aos sete dias do mês de agosto de hum

mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Djalma de Almeida Cesar, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Sérgio Spada, Ezequias Losso, Ivan Gubert, Artagão de Mattos Leão, Tadeu Lúcio Machado, Anibal Khury e Hermas Brandão. Nada havendo a tratar na Hora do Expediente, passou-se a seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei 169/84, do Poder Executivo - Mensagem 139/84. Objetiva alterar dispositivos das leis 5940 e 5944, nas partes em que versam sobre concessão de medalhas e condecorações a integrantes da Polícia Militar do Estado. Relator Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável. Aprovado. 2) Proposição 121/84, do Poder Executivo - Mensagem 110/84. Encaminhando cópia autêntica do convênio celebrado em 09.04.84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Município de Colombo, objetivando a realização da Festa da Uva, no referido município. Relator Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável. Aprovado. 3) Proposição 131/84, do Poder Executivo - Mensagem 128/84. Cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e financeira, celebrado em 06.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Umuarama, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. Parecer Favorável. Aprovado. Relator Deputado Anibal Khury. 4) Proposição 141/84, do Poder Executivo - Mensagem 138/84. Convênio 10/84 entre o Estado através da Secretaria dos Transportes e o Município de Engenheiro Beltrão objetivando a construção do terminal rodoviário de passageiros na sede do referido município. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado. 5) Projeto de Lei 166/84, do Poder Executivo - Mensagem 131/84. Objetiva dar nova redação ao artigo 2.º da lei 7169, a fim de que o Conselho Estadual de Esportes, volte a sua antiga denominação de Conselho Regional de Desportos. Relatora Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado. 6) Projeto de Lei 174/84, do Poder Executivo - Mensagem 148/84. Objetivando autorizar o Poder Executivo contrair operação de crédito externo com o BID, até o valor de UUS\$ 130.000.000,00 (Cento e trinta milhões de dólares). Visa ainda autorizar concessão de fiança, garantia e contragarantia até o limite acima conforme especifica. Relator Deputado Djalma de Almeida Cesar. Parecer Favorável. Aprovado. 7) Projeto de Lei 139/84, do Deputado Sérgio Spada. Declara de utilidade pública a Associação de Guias de Turismo do Brasil - Seção Paraná, com sede nesta Capital. Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer Favorável.

Aprovado. 8) Proposição 123/84, do Poder Executivo - Mensagem 112/84. Encaminhando cópia autêntica de termo de cooperação técnica e financeira celebrado em 08.12.83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de Mariluz, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer Favorável. Aprovado com Projeto de Resolução. 9) Proposição 132/84, do Poder Executivo - Mensagem 129/84. Cópia autêntica de Termos Aditivos de revigoramento aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos do programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustível e Programa de Investimento em Transportes Urbanos. Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer Favorável. Aprovado com Projeto de Resolução. Projeto de Lei 108/84, do Deputado Adhail Sprenger Passos. Autoriza o Poder Executivo instituir a obrigatoriedade de ser medida a aquidade visual no educando matriculado nas escolas do Sistema Estadual de Ensino, conforme especifica. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência junto a SEED. 11) Projeto de Lei 75/84, do Deputado Anibal Khury. Estabelece o Quadro Próprio de Pessoal do Magistério conforme especifica. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência junto à SEED. 12) Projeto de Lei 89/84, do Deputado Rubens Bueno. Dispõe sobre o funcionamento das Cantinas da Rede Oficial de Ensino de 1.º e 2.º graus, conforme especifica. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência junto a SEED. 13) Proposição 98/84, do Poder Executivo. Mensagem 104/84. Termo de cooperação técnica e financeira celebrado entre o Estado através da Secretaria do Transporte e o Município de Flórida, para recuperação de estradas. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião. Para produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Osvaldo Marques, secretário.

(a) Deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR  
Presidente

(a) OSVALDO MARQUES  
Secretário

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA  
ATA DA 14.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 1984.  
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Vasconcellos e Anibal Khury.

Às quinze horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Lêonidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Squarezzi, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Orlando Pessuti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos, Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 50/84, (Mensagem n.º 59/84 - ex-Proposição n.º 64/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 03/06/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de Guaíra, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983.- **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 51/84, (Mensagem n.º 135/83, ex-Proposição n.º 49/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Ivaiporã, objetivando adoção conjunta com vistas à execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983.- **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 52/84, (Mensagem n.º 134/83 - ex-Proposição n.º 50/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 10/10/83, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras públicas em conformidade com o "PRODOPAR".- **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 53/84, (Mensagem n.º 133/83 - ex-Proposição n.º 51/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Inácio Martins e Ivaí, objetivando ação conjunta para execução do "PROSAFRAS".- **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra Ordinária para segunda-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 199/83

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 49/83, 43, 44, 45, 46, 47, 48 e 49/84.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE AGRICULTURA

2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 10.<sup>a</sup> Legislatura  
1.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

Aos treis dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão de Agricultura, contando ainda com a presença dos Senhores Deputados Acyr Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Dirceu Manfrinato e Fuad Nacli, reuniu-se a Comissão de Agricultura, no Pequeno Auditório desta Casa, contando com o apoio da Associação Paranaense de Criadores de Bovinos, para em conjunto debatermos o problema do Leite - Produção e Abastecimento no Estado do Paraná. O Senhor Presidente, Deputado Sabino Campos abriu os trabalhos, passando em seguida a palavra ao Coordenador da Reunião Deputado Orlando Pessuti. Como convidados da Comissão estiveram presentes os seguintes produtores de leite do Estado do Paraná: Guilherme Kniebel do Norte do Paraná, José Ferreira do Norte do Paraná, Laércio Nicolau de Arapoti, José T. de Oliveira de Castro, Edgar Berleze de São José dos Pinhais, Wilson Thiesem da CONFEPAR, David Koop Filho da Cooperativa Central de Laticínios de Curitiba Ltda., Sieghard Epp da Cooperativa Mista Agropecuária Witmarssun Ltda. Dynphmus R. Wermeullen da Cooperativa Central de Laticínios do Paraná, Ambires C.M. Riella da FAEP - Departamento de Estudos Sociais. Os pronunciamentos da presente reunião encontram-se traduzidas nas Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte da presente Ata. Antes de encerrar os trabalhos o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos os presentes e a gentileza de terem aceito o convite para participar da presente reunião. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, da qual, para constar eu, Marlene Couto de Cristo, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim, bem como pelo Senhor Presidente da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Deputado SABINO CAMPOS  
Presidente

MARLENE COUTO DE CRISTO  
Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
2.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas, reuniu-se no Pequeno Auditório a Comissão de Agricultura, sob a presidência do Senhor Deputado Sabino Cam-

pos, e os Senhores Deputados membros da Comissão, Paulo Furiatti, Orlando Pessuti, Eduardo Baggio, Edgard Pimentel, Basílio Zanusso e Mário Pereira. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos. Convidou para fazer parte da mesa o representante do Senhor Secretário da Indústria e Comércio, Dr. Sebastião de Andrade, o Presidente da FETAEP, Antenor Bene, o Coordenador da Microrregião Norte e o Senhor Marques, e o Coordenador dos trabalhos o Senhor Deputado Paulo Furiatti. O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Deputado Paulo Furiatti. O Senhor Deputado disse dos motivos da reunião de hoje, que a pedido da Microrregião Sindical Seis, que abrange os Sindicatos do Norte do Paraná, a Comissão de Agricultura e Ecologia fazem esse encontro entre os Sindicatos, Secretaria da Indústria e Comércio, e outros órgãos do governo estadual, para discutir na parte da manhã as microdestilarias, e na parte da tarde com o Secretário das Finanças e da Agricultura, a questão do Grupo Atalla. Em seguida usou da palavra o representante do Senhor Secretário da Indústria e Comércio, Dr. Sebastião de Andrade, o Coordenador do Programa de Microdestilarias, Dr. Celso Pereira Filho, o Coordenador Técnico do Programa, Dr. Torup Okayana, o Diretor da Tecpar, Dr. Aureliano Menari Júnior, o representante dos Engenheiros Agrônomos, representantes da ACARPA, outras Associações, além de todos os representantes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Microrregião Seis. Foi debatido com muito entusiasmo o problema da instalação ou não da Microdestilarias em nosso Estado. Foi na oportunidade exibido um filme de como se constrói uma microdestilaria. Os pronunciamentos da presente reunião encontram-se traduzidos em notas taquigráficas, que passam a fazer parte integrante da presente Ata. Antes de encerrar os trabalhos o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, e a gentileza em terem aceito o convite para participar desta reunião, e convidou a todos para uma nova reunião que se realizará as quatorze horas de hoje onde será discutido outro grande problema. Reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente convidou para compor a mesa o Senhor Secretário da Agricultura, Dr. Claus Magno Germer, o representante do Senhor Secretário de Finanças, Dr. Rocha, o Presidente da FETAEP, o Senhor Antenor Bene, e o Coordenador dos trabalhos, o Senhor Deputado Paulo Furiatti, que comunicando aos presentes que a reunião será para discutir a situação do Grupo Atalla, em virtude da Comissão de Agricultura desta Casa, ter recebido uma solicitação de Sindicatos Rurais da Microrregião Seis, para

comparecerem os Senhores Secretários das Finanças e o Secretário de Agricultura, para discutirem um dos mais sérios problemas que tem neste Estado, que é o Grupo Atalla. Usou da palavra o Senhor Secretário da Agricultura, o representante do Senhor Secretário das Finanças, Dr. Rocha, os representantes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Foi um debate muito acalorado entre o senhor representante do Senhor secretário das Finanças, Dr. Rocha e os Sindicalistas no que diz respeito a dívida do Grupo Atalla, na parte que se refere ao ICM. Os pronunciamentos da presente reunião encontram-se traduzidas em notas taquigráficas, que passam a fazer parte integrante da presente Ata. Antes de encerrar os trabalhos o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e a gentileza em terem aceito o convite para participar desta reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, da qual para constar, eu, Marlene Couto de Cristo, secretária lavrei a presente Ata, que depois de aprovada será assinada por mim, bem como pelo Senhor Presidente da Comissão, para que se produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 17/04/84.

(aa) SABINO CAMPOS

Presidente

Marlene Couto de Cristo

Secretária

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA

#### 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA

#### 3.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão de Agricultura, e sob a presidência do Senhor Deputado Sabino Campos, reuniu-se a Comissão de Agricultura para decidirem sobre o Monopólio da Semente de Algodão em nosso Estado. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos. O Senhor Presidente fez uma explanação do que foi dito pelo Presidente da CAFE do Paraná e do Presidente da OCEPAR, quando estiveram aqui na Comissão. Se algum dos Senhores Deputados não participou das reuniões anteriores, temos aqui informações para depois saber a posição que tomaremos. Em seguida falou o Senhor Deputado Orlando Pessuti, dizendo que gostaria de fazer alguns esclarecimentos, e talvez seja até necessário porque quando estávamos na presidência, foi que ocorreram esses fatos, aqui relacionados pelo Senhor Presidente. Acredito que o Deputado Sabino que participou de todas as reuniões como

eu temos mais condições de fazer uma avaliação. O Senhor Augusto Carneiro, disse que falou pessoalmente com o Deputado Sabino Campos, e que sou contra qualquer tipo de monopólio. Acho que deve ser muito bem avalizado com muita responsabilidade, não acredito que possa funcionar bem o monopólio. As Cooperativas são as maiores interessadas na produção de algodão porque hoje elas estão plantando. A CAFE do Paraná que é órgão que fiscaliza isso e deve continuar exercendo essa função. O Senhor Deputado Orlando Pessuti em seguida disse que temos uma opinião formada a respeito do controle estatal da semente de algodão. Em informação extra-oficial temos conhecimento que se realizou em Campo Mourão, uma reunião e que o resultado foi esse: as Cooperativas que lá estavam reunidas se manifestaram a favor da CAFE do Paraná, e por tudo isso não somos favoráveis pelo menos por hora, que se extinga esse monopólio. O Senhor Deputado Paulo Furiatti, diz que no momento esse controle deve continuar com o Estado, na produção de sementes, não mudei de opinião, mas tirei as minhas dúvidas e no momento nós assumiríamos o risco com o Estado de alterar uma regra que vem dando certo. Não tenho nada que viesse comprovar a necessidade de alterar isso, essa é a minha opinião. Em seguida o Senhor Deputado Eduardo Baggio diz que no seu entender acho que a CAFE do Paraná deve continuar pelo menos enquanto está indo bem, e que time que está ganhando não se muda. Em seguida falou o Senhor Deputado Basílio Zanusso dizendo que depois de todas as reuniões que assisti, sou totalmente favorável a permanência. O Senhor Deputado Orlando Pessuti, disse que tem documentos sobre o controle estatal da semente de algodão, Decreto 21.571 do governo Paulo Pimentel de 18 de novembro de 1970 e a Lei 11, de 30 de setembro de 1935, do Interventor Manoel Ribas. O Senhor Deputado Sabino Campos, pediu que o Senhor Vice-Presidente assina para também dar a minha opinião. O Senhor Deputado Sabino Campos, disse que sou da opinião do Deputado Paulo Furiatti e do Deputado Augusto Carneiro, na questão do monopólio sou contra. Acho que devemos dar a nossa opinião na Comissão de Agricultura e termos o cuidado de não fecharmos a porta, e deixar a porta aberta para futuras negociações ou discussões. Temos que ter cuidado de não deixar a porta fechada, porque no momento que fatos novos acontecerem nós vamos ter que voltar. Em seguida falou o Senhor Deputado Orlando Pessuti, dizendo que se todos os Senhores Deputados e o Senhor Presidente estão de acordo com a data de 22 de maio próximo para uma reunião da Comissão de Agricultura quando será instalado o Conse-

lho Estadual do Leite. O Senhor Presidente pôs em votação - aprovado. O Senhor Presidente diz da possibilidade em fazermos uma reunião no próximo dia 29 sobre Seguro Rural. Os pronunciamentos da presente reunião, encontram-se traduzidas em notas taquigráficas que passam a fazer parte da presente Ata. Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, marcando uma nova reunião para o próximo dia 22. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, da qual para constar, eu, Marlene Couto de Cristo, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim, bem como pelo senhor Presidente, para que se produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 08/05/84.

(aa) SABINO CAMPOS

Presidente

Marlene Couto de Cristo

Secretária

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA

#### 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA

#### 4.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Agricultura, sob a presidência do Senhor Deputado Sabino Campos, contando com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão, com o fim de ser instalado o Conselho Estadual do Leite. O Senhor Presidente abriu os trabalhos fazendo parte da mesa a representante do Senhor Secretário da Agricultura, Doutora Ramira, do Senhor Secretário das Finanças, Dr. José Rocha, o Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Luiz Cordoni Júnior e o Senhor Deputado Orlando Pessuti, Coordenador dos Trabalhos. Falaram os Senhores Deputados Orlando Pessuti, a representante da Secretaria da Agricultura, o Senhor Secretário da Saúde, o representante da Secretaria das Finanças, e representantes das entidades convidadas em participar da reunião. Os pronunciamentos da presente reunião encontram-se traduzidas nas notas taquigráficas, que passam a fazer parte da presente Ata. Antes de encerrar os trabalhos o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e a gentileza de terem aceito o convite para participar da presente reunião. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, da qual para contar, eu, Marlene Couto de Cristo, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim, bem como pelo Senhor

Presidente da Comissão, para que se produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 22/05/84.

(aa) SABINO DE CAMPOS

Presidente

Marlene Couto de Cristo  
Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
5.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Agricultura, sob a presidência do Senhor Deputado Sabino Campos, e também os participantes convidados a fazer palestra sobre Seguro Rural. O Senhor Presidente abriu os trabalhos, convidando o Senhor secretário da Agricultura, Doutor Claus Magno Germer, a fazer parte da mesa como também diversos palestristas. Além do senhor Secretário da Agricultura, falaram os Senhores representantes da Seguradora BEMGE representando o Estado de Minas Gerais, Ângelo G. Sobrinho, da COSESP, representantes da Seguradora BAMERINDUS e BANESTADO, e demais autoridades ligadas a Seguro Rural. Os pronunciamentos da presente reunião encontram-se traduzidas nas notas taquigráficas, que passam a fazer parte integrante da presente Ata. Antes de encerrar os trabalhos o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e a gentileza de terem aceito o convite da Comissão de Agricultura em participar da reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, da qual para constar, eu, Marlene Couto de Cristo, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim, bem como pelo Senhor Presidente da Comissão, para que se produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 12/06/84.

(aa) SABINO CAMPOS

Presidente

Marlene Couto de Cristo  
Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
6.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Agricultura, sob a presidência do Senhor Deputado Sabino Campos e contando com a presença dos Senhores Deputados, membros da Comissão, do representante do Senhor Secretário da Agricultura, do representante do Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, e várias entidades convidadas à participar da reunião sobre a instalação do Conselho Estadual do Leite. O senhor Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessutti, Coordenador dos Trabalhos. Falaram várias entidades com o fim propósito de esclarecer aos presentes a conveniência ou não da instalação desse Conselho. Foi colocado em votação e foi aprovado a sua criação. O Senhor Deputado Orlando Pessutti, disse que levará ao Senhor Governador José Richa, os subsídios colhidos na reunião de hoje, quando o Senhor Governador tomará as providências necessárias. Os pronunciamentos da presente reunião encontram-se traduzidas em notas taquigráficas, que passam a fazer parte integrante da presente reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, agradecendo a presença de todos, e da qual para contar, eu, Marlene Couto de Cristo, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por mim, bem como pelo Senhor Presidente da comissão, para que se produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 26/06/84.

(aa) SABINO CAMPOS

Presidente

Marlene Couto de Cristo  
Secretária